



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

23 de Setembro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Estela Benetti	Data: 23/09/2014
Assunto: Olimpíada do Conhecimento		Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE



PAIS PELA EDUCAÇÃO

O estudante do Senai Lages, Juan Costa dos Santos (E), conta com especial apoio dos pais nos seus estudos. A mãe, Elaine (C), administradora escolar, e o pai, o professor

aposentado Francisco (D), se tornaram um casal símbolo da campanha da Fiesc Pais pela Educação, no âmbito do Programa Indústria pela Educação. Eles

acompanharam o filho na Olimpíada do Conhecimento, em Belo Horizonte, onde Juan conquistou medalha de prata. Apoio da família melhora o desempenho de estudantes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 23/09/2014

Assunto: Estratégias de Desenvolvimento

Página: 33

DIÁRIO CATARINENSE

Relatório da Unesco indica avanços dos países do Brics

Brasília

Relatório divulgado ontem pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) informa que os países que integram o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) colocaram a educação e a capacitação no centro de suas estratégias de desenvolvimento e têm impulsionado o progresso mundial na educação. O documento registra que os cinco países fizeram investimentos maciços em todos os níveis educacionais na busca de atender às necessidades de suas economias emergentes. Juntos, os integrantes do Brics ofertam educação para cerca de 40% da população mundial, segundo o relatório.

A publicação *Brics: Construir a Educação para o Futuro* buscou identificar os sucessos e desafios enfrentados pela educação nesses países e recomenda uma colaboração mais efetiva entre as cinco economias do bloco para acelerar o progresso na educação.

Apesar de reconhecer os avanços, o relatório indica que para alcançar o crescimento econômico equitativo e o desenvolvimento sustentável é preciso mais investimento na área, com prioridade para a educação básica, superior e o desenvolvimento de habilidades. Alerta também para as disparidades entre as escolas que fazem com que as crianças mais pobres sofram mais com a baixa qualidade educacional.

EXPANDIR OFERTA DE ENSINO SUPERIOR

Na educação básica, o estudo diz que Brasil, China, Índia e África do Sul devem alcançar a educação primária e secundária universal, reduzir as desigualdades na oferta e aumentar o rendimento escolar. "Os países também devem colocar maior ênfase na expansão de programas de boa qualidade em cuidados e educação na primeira infância", registra.

Em relação a educação superior, o levantamento aponta que a demanda por esse nível de ensino tem aumentado e os países do Brics devem expandir a oferta de educação superior e construir centros de excelência mundial em



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 23/09/2014
Assunto: Meritocracia		Página: Online



QUAL O MÉRITO DE QUEM ENSINA?

Sistema que prevê salários extras em troca de melhores resultados em sala de aula se espalha pelo país, mas segue alvo de controvérsias no RS

Fonte: Zero Hora (RS)

Professores cujos Alunos demonstram ter aprendido a lição devem ser premiados pelo bom resultado em sala de aula? Nos últimos anos, essa pergunta tem pautado discussões de acadêmicos, gestores públicos, políticos e sindicalistas sem que um consenso seja estabelecido.

Alguns Estados que adotaram a meritocracia já exibem melhores resultados no Ensino. No Rio Grande do Sul, o sistema de pagamento de salários extras em reconhecimento ao desempenho do Professor em atingir metas preestabelecidas é tema de debates desde o governo Yeda Crusius (PSDB) e sofre forte resistência do Cpers. Diante da polêmica, nenhum dos principais candidatos ao Palácio Piratini se compromete abertamente com a proposta.

Em Pernambuco, o bônus por desempenho instituído em 2008 é considerado pelo governo como uma das iniciativas que ajudaram o Estado a dar um salto de 12 posições no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb), indicador que foca nos resultados de português e matemática.

Apesar de o governo pernambucano comemorar a realização, o sindicalista Heleno Araújo Filho, membro da Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação (CNTE), aponta deformidades: como nenhum Professor quer ficar sem o dinheiro a mais, é comum Docentes de outras disciplinas cederem espaço de aula para reforço de português e matemática, enfraquecendo o restante do conteúdo.

– São políticas que escondem a realidade da instituição e não indicam melhoria da qualidade. Estimulam a aprovação sem que se cumpra com a pluralidade do Ensino. É um crime contra a juventude, contra a Educação e contra os trabalhadores – afirma Araújo.

Professor da Universidade de São Paulo (USP), Luiz Guilherme Scorzafave coordena uma pesquisa para avaliar o programa de bonificação do magistério de São Paulo e diz que o modelo pode ser produtivo para a Educação:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Ao premiar os que mais se esforçam e alcançam os objetivos, passa o recado aos Professores de que vale a pena preparar uma boa aula, pois serão recompensados. É uma forma de garantir que as aulas tenham qualidade.

14º SALÁRIO FOI REJEITADO NO RS

Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás também apostam na meritocracia. No Rio Grande do Sul, o governo Tarso Genro (PT) adotou em 2012 uma forma de promoção que leva em conta o mérito do Professor, mas não avalia metas. No final de 2013, o Estado anunciou a promoção de 8,3 mil Professores e especialistas em Educação, metade por antiguidade e metade por merecimento.

Em 2009, Yeda tentou, sem sucesso, introduzir o 14º salário a Professores que atingissem metas. Enfrentou a reação do Cpers e da oposição petista na Assembleia Legislativa. A atual presidente do Cpers, Helenir Oliveira, destaca que a entidade participa do debate sobre a meritocracia e mantém a posição:

– Divide a categoria e é uma forma de driblar o plano de carreira. Além disso, nosso entendimento é de que os investimentos devem ser direcionados às Escolas que têm pior desempenho, porque é ali que há necessidade.

Para a presidente do Conselho Estadual de Educação, Cecília Farias, a meritocracia não deve ser atrelada ao desempenho do Aluno:

– O Professor precisa ser valorizado pelos cursos que faz, pelo tempo de dedicação à Escola, esse é o mérito dele.

Minas teve melhora no Ideb

Um dos pioneiros na implantação da meritocracia na Educação, Minas Gerais assumiu o primeiro lugar entre as Escolas estaduais nas séries iniciais e nas finais do Ensino fundamental na última avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb).

Se comparado a 2005, ano em que se iniciou a série histórica do Ideb, a nota de Minas nas séries iniciais cresceu 26%, passando de 4,9 para 6,2, e 30% nas séries finais, passando de 3,6 para 4,7.

– Não tenho dúvida de que o acordo de resultados, que culmina no prêmio por produtividade, é a explicação para o Estado ter alcançado o primeiro lugar no Ideb – diz a secretária de Educação de Minas Gerais, Ana Lucia Gazzola.

Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Bernardete Gatti considera limitador pautar as políticas educacionais apenas pelo desempenho cognitivo, deixando de lado processos de socialização e formação cidadã:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Efeitos de mudança nas estruturas de carreira e desempenho Escolar são duas variáveis que você não pode ligar diretamente. Há fatores intervenientes nessa relação que precisariam ser considerados – diz Bernardete.

O Rio Grande do Sul teve aumento semelhante a Minas nas séries iniciais: cerca de 30%, subindo da sexta para a quinta posição. Nas séries finais, a Educação gaúcha está em sétimo no Ideb 2013, perdeu três posições em relação a 2005, embora a nota tenha subido de 3,5 para 3,9. No Ensino médio, o RS se manteve em segundo lugar no período.

>Modelos espalhados pelo Brasil

MINAS GERAIS

- O acordo de resultados foi estendido para a Educação em 2007. Em paralelo, o governo implantou sistemas anuais de avaliação de desempenho dos Alunos. As metas de cada Escola são estabelecidas no começo de cada ano, conforme a realidade de cada instituição. Os diretores validam o plano de metas. No final do ano, toda a comunidade Escolar é premiada proporcionalmente ao alcance da meta. Por exemplo, se a Escola atingiu 85% da meta estabelecida, cada funcionário receberá um bônus equivalente a 85% do seu salário.

SÃO PAULO

- Desde 2008, tem política de valorização por mérito a todos os funcionários das Escolas que alcançaram metas. Os objetivos são estabelecidos de acordo o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp). Se atingida a meta, o bônus é de 2,4 salários. Caso seja superada, o limite é de 2,9 salários. Se não atingida, é calculado o avanço da Escola. Por exemplo: se avançou 50% da meta, o bônus é de 1,2 salário. A partir de 2014, o cálculo do extra também leva em conta o nível socioeconômico dos Alunos e indicadores de aprovação, reprovação e abandono.

PERNAMBUCO

- O Bônus de Desempenho Educacional (BDE) é proporcional ao cumprimento total ou parcial das metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe), que é um instrumento de avaliação da qualidade das Escolas estaduais semelhante ao Ideb. São contempladas as Escolas que cumpriram 50% dos objetivos. As metas são diferentes para cada Escola conforme o desempenho anterior. O valor é proporcional ao cumprimento das metas, podendo chegar a 100% da remuneração.

RIO GRANDE DO SUL

- Por ano, são disponibilizadas até 3 mil vagas para promoções de Professores, divididas entre aumento por tempo de serviço e merecimento. Ao ser contemplado, o servidor recebe aumento de 10% incorporado ao salário. Os servidores podem concorrer a cada três anos, sempre somando 10%, por, no máximo, cinco vezes ao longo da carreira. A pontuação por mérito é baseada em 30% de frequência e assiduidade e 70% em diversos pontos, como participação em cursos de formação e atualização, projetos pedagógicos documentados dentro da Escola e a publicações de artigos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 23/09/2014
Assunto: Ideb		Página: Online



PROFESSOR ELEVA EM 1 PONTO NOTA DO IDEB

Indicador obtido com exclusividade mostra que média sobe de 4,2 para 5,2 nas séries iniciais, com a formação adequada de docente

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

A formação adequada dos Professores é capaz de aumentar em um ponto o Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb), revela um indicador em desenvolvimento do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais (Inep) apresentado com exclusividade ao Estado.

Especialistas em Educação dizem que o dado só reforça a importância do aperfeiçoamento dos Docentes, enquanto entidades de classe dos Professores se dividem e se defendem sobre as limitações do profissional em sala de aula. A ferramenta mostra que o Ideb médio das Escolas do 1.º ao 5.º ano em que entre 60% e 100% dos Docentes têm a formação adequada para função é de 5,2. Naquelas em que até 40% dos Professores estão nesta situação, a nota é de 4,2.

A diferença pode parecer pequena, mas o presidente do Inep, Francisco Soares, lembra que o Brasil levou seis anos para avançar um ponto no Ideb – de 4,2, em 2007, a 5,2, em 2013, nas séries iniciais. “Hoje nós conhecemos o Professor. Pelo censo, que é feito como CPF do Professor, podemos saber qual a formação, em que Escola ele está, há quanto tempo”, diz. “Agora vamos poder associar os resultados com as políticas públicas. Teremos condições efetivas de espalhar essa formação.” Hoje, 76,9% dos que dão aulas no Ensino fundamental têm Ensino superior completo – 1,08 milhão de profissionais. São 982,9 mil os que têm licenciatura. Os demais têm outros cursos não adequados à docência – 57 % fizeram programas chamados de “complementação pedagógica”.

Professores adequados são aqueles licenciados que atuam em suas áreas de formação – esse número final não foi compilado. Para chegar ao indicador, o Inep cruzou dados do Censo da Educação básica com o Ideb.

Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeen), Claudio Fonseca concorda com o Inep. “Quem tem licenciatura plena



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

tem mais Escolaridade, tem maior tempo de formação e é um profissional que está mais preparado. O Inep confirma o que até o senso comum sabe”, diz.

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), na defensiva, discorda do foco na relação entre formação e resultados. “Não é uma questão linear. É preciso ver as condições da Escola, a jornada dos Professores, as questões didáticas e pedagógicas.

O Professor tem de ter a formação, mas ela, por si só, não vai dar resultados”, alega a presidente da entidade, Maria Izabel Azevedo Noronha. A formação não é garantia de qualidade de um Professor, mas a licenciatura é relevante, diz Silvia Colello, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). “Tem Professor que é muito entendido no assunto, tem brilho nos olhos quando fala de sua disciplina e isso acaba envolvendo os Alunos. E isso pode não acontecer com um Professor com licenciatura. Mas, estatisticamente, Professores que têm uma boa licenciatura tendem a ter um olhar para a relação pedagógica, para o aprendizado e o saber ensinar”, defende.

Além da licenciatura, Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, Professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), diz que outros fatores influem na qualidade do aprendizado. “A Escola precisa ter melhores condições, com um número adequado de Alunos em sala de aula, ser atraente para o Aluno e o Professor precisa ter um salário condizente.”

Melhoria. O Inep também apresentou ao Estado um dado que mostra a possibilidade concreta de melhoria da formação dos Professores. Cruzando os CPFs dos Docentes, levantados no Censo da Educação básica, como dos Alunos de graduação, obtidos no Censo da Educação Superior, o Inep descobriu que 257,7 mil Professores de Escolas públicas estão matriculados em cursos superiores. Deles, 83% fazem licenciaturas. Só 15% optaram por bacharelados e o restante, por cursos tecnológicos.

Prefeitura e Estado dizem investir em formação

O secretário municipal da Educação de São Paulo, Cesar Callegari, afirma que a formação dos Professores interfere no aprendizado dos Alunos, mas não é o único fator que deve ser levado em consideração na avaliação de uma Escola. “A formação em nível superior dos profissionais de Educação é um indicador que devemos perseguir, mas não é o único elemento, pois parte significativa das licenciaturas tem deficiências.” Segundo Callegari, tanto em universidades particulares quanto em públicas “poucos programas efetivamente têm a formação para enfrentar os desafios em sala de aula”.

O secretário diz que, na rede municipal de Ensino, 95% dos profissionais têm licenciatura. Desses, 24% fizeram cursos de especialização. “Dentro dos 24%, quase 5% dos Professores têm mestrado ou doutorado. É uma rede que tem um nível elevado de formação profissional”, afirma Callegari.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Uma das medidas adotadas pela Prefeitura de São Paulo para incentivar a formação dos Professores, de acordo com o secretário, foi a ampliação das funções dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), que atuam como polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). “Temos 32 polos com a presença das melhores universidades públicas a serviço dos Professores. Nesses polos, há 6 mil Alunos em licenciatura, especialização e mestrado.”

O secretário afirma que, até o fim da gestão Fernando Haddad (PT), todas as 45 unidades dos CEUs serão polos da UAB. Estado. A Secretaria Estadual da Educação informou, em nota, que um de seus principais focos é a formação continuada dos Professores. Uma das ações é a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (Efap), criada em 2010. Segundo a pasta, desde que foi inaugurada, a unidade recebeu “400 mil matrículas e ofereceu 203 cursos e especializações”.

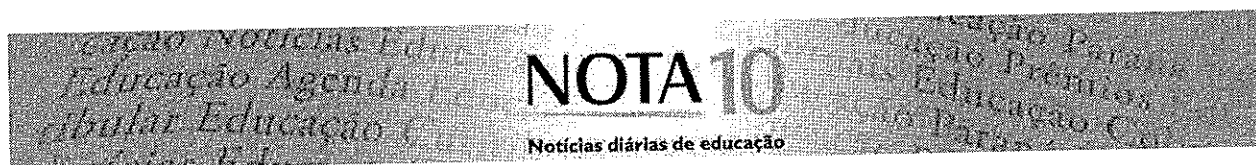
A Escola, de acordo com a secretaria, faz parte do processo de integração dos novos Professores à rede, uma vez que os profissionais realizam uma capacitação no local. A unidade é resultado de uma parceria com instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A secretaria disse também que oferece bolsas do programa de mestrado e doutorado para os Professores da rede. “Após a apresentação de projetos, os profissionais podem pleitear um auxílio mensal de até R\$ 1,6 mil”, acrescenta a nota do órgão estadual. A pasta informou que, desde 2007, investe no programa Ler e Escrever, que tem como foco a Alfabetização de crianças aos sete anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/09/2014
Assunto: Isenção de imposto		Página: Online



Estudantes no exterior poderão ter isenção do IOF

Proposta analisada pela Câmara dos Deputados (PL 7269/14) concede isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para financiamentos feitos por estudantes brasileiros, de graduação ou pós-graduação, que realizem seus estudos no exterior.

Pela proposta, a isenção valerá para operações com valor igual ou inferior ao da Bolsa de Cátedra paga no exterior. Esse benefício é concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a doutores para realização de pesquisas em universidades estrangeiras, e hoje vale 5 mil dólares - cerca de R\$ 11,1 mil.

O deputado Marcio Bittar (PSDB-AC), autor do projeto, ressalta que o Decreto 6.306/07, que regulamenta o IOF, já concede alíquota zero para as operações do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Para ele, "nada mais justo que se isente também os demais estudantes brasileiros que estejam realizando seus cursos no exterior".

O projeto estende o benefício, inclusive, aos participantes do Programa Ciência sem Fronteiras.

A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 23/09/2014
Assunto: Estratégias de Desenvolvimento		Página: Online



Relatório da Unesco indica avanços do Brics na educação

Relatório divulgado ontem (22) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) informa que os países que integram o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) colocaram a educação e a capacitação no centro de suas estratégias de desenvolvimento e têm impulsionado o progresso mundial na educação. O documento registra que os cinco países fizeram investimentos maciços em todos os níveis educacionais na busca de atender às necessidades de suas economias emergentes. Juntos, os integrantes do Brics ofertam educação para cerca de 40% da população mundial, segundo o relatório.

A publicação Brics: Construir a Educação para o Futuro buscou identificar os sucessos e desafios enfrentados pela educação nesses países e recomenda uma colaboração mais efetivas entre as cinco economias do bloco para acelerar o progresso na educação.

Apesar de reconhecer os avanços, o relatório indica que para alcançar o crescimento econômico equitativo e o desenvolvimento sustentável é preciso mais investimento na educação, com prioridade para a educação básica, superior e o desenvolvimento de habilidades. Alerta também para as disparidades entre as escolas que fazem com que as crianças mais pobres sofram mais com a baixa qualidade educacional.

Na educação básica, o relatório diz que Brasil, China, Índia e África do Sul devem alcançar a educação primária e secundária universal, reduzir as desigualdades na oferta e aumentar o rendimento escolar. "Os países também devem colocar maior ênfase na expansão de programas de boa qualidade em cuidados e educação na primeira infância", registra.

Em relação a educação superior, aponta que a demanda por esse nível de ensino tem aumentado e os países do Brics devem expandir a oferta de educação superior e construir centros de excelência mundial em ensino e pesquisa.

Quanto ao desenvolvimento de habilidades, o relatório recomenda que sejam criados sistemas de desenvolvimento de habilidades complexas para que os países diversifiquem suas bases econômicas. Recomenda ainda a expansão e modernização da trajetória técnica e profissional do ensino secundário e superior e a expansão dos programas de formação que têm como alvos jovens e adultos carentes.

O relatório cita como positivas algumas iniciativas brasileiras, entre elas o Plano Nacional de Educação, que estabelece objetivos de aprendizagem explícitos a médio e longo prazo, e diz que o país tem planos ambiciosos para desenvolver a formação técnica e educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

profissional e tecnológica. Cita ainda como positivo o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas nas universidades federais e a decisão do governo de destinar 75% dos royalties do petróleo para a educação.

Entre as sugestões de cooperação entre os países do Brics para aprimorar os avanços na educação estão a união de forças para melhorar a qualidade dos dados educacionais; o compartilhamento de experiências na criação e implementação de avaliações nacionais de desempenho de estudantes e gerenciar a rápida expansão do ensino superior.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 23/09/2014
Assunto: Estratégias de Desenvolvimento		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Brasil é o país emergente que menos recebe intercambistas, diz Unesco

*China, Índia, Rússia e África do Sul recebem mais estudantes estrangeiros.
Unesco divulgou nesta segunda-feira estudo sobre a educação nos Brics.*

O braço da ONU para políticas de educação diz que a internacionalização da educação superior fez dobrar o número de estudantes no mundo que buscam fazer a graduação em outro país, e que a participação dos Brics tanto no envio quando na recepção de intercambistas vem aumentando.

"A China e a Índia são os países que enviam o maior número de estudantes para o exterior, com o Brasil e a Federação Russa também enviando números significativos. Em 2011, o governo brasileiro lançou o programa Ciência sem Fronteiras, que visa a oferecer 100 mil bolsas de estudo para brasileiros estudarem em instituições de elite no exterior, nos campos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) até 2015", afirmou o relatório.

Segundo a Unesco, "o principal desafio enfrentado pelos Brics consiste em estabelecer políticas públicas que possibilitem a seus sistemas de educação superior absorver a demanda em expansão, enquanto fornecem alta qualidade de educação a uma população crescente e diversificada de estudantes".

Financiamento

Entre 1999 e 2012, o Brasil foi o emergente que mais aumentou a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinada à educação. O valor subiu de 3,9% para 5,8% e, em 2012, foi menor apenas que a fatia do PIB que a África do Sul investe no setor (6,6%). A Rússia destinou 4,1% do seu PIB à áreas em 2012, seguida pela China (3,7%, segundo dados de 2010) e a Índia (3,4%).

O Brasil também é o membro dos Brics onde o setor de ensino privado é o que mais detém matrículas no ensino superior. Segundo a Unesco, 71,4% das matrículas nesse nível estavam na rede particular. Na Rússia, por exemplo, essa porcentagem cai para 13,7%.

"Todos os cinco países consideram o desenvolvimento de sistemas de ensino superior

mundialmente competitivos como prioridade número 1 para a consolidação de sua posição

emergente. Um desafio consiste em criar centros de excelência e, ao mesmo tempo, fornecer

educação superior em larga escala", afirmou o relatório.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

No ensino secundário (ensino médio), embora a grande maioria das matrículas em todos os Brics estejam na rede pública, o Brasil também é o que mais tem participação da rede privada. Ela responde por 15% das matrículas, mais que na China (11%), na África do Sul (4%) e na Rússia (0,9%). Os dados da Índia não estão disponíveis, segundo o estudo.

Os dados mostram ainda que, em todos os países, a educação infantil é onde há maior concentração de matrículas no ensino privado, mas que os governos têm tentado mudar isso ao investir mais nesse nível de ensino. A privatização da educação, segundo a Unesco, é um dos desafios do combate à desigualdade nos emergentes e o resultado é que as crianças mais desfavorecidas são "as que mais sofrem com a educação escolar de baixa qualidade".